

Resultados e Discussão

Neste ponto são feitas considerações sobre a investigação realizada, na perspectiva simultânea de aluno de mestrado e de docente que não é indiferente aos problemas e desafios com os quais a escola Portuguesa se confronta e depara.

Naturalmente que para além dos fundamentos teóricos, a experiência adquirida da prática lectiva, esse currículo oculto com que se vai trabalhando e que se vai construindo ao longo da carreira docente, não pode ser descurado. E é com base nesses pressupostos que estamos convictos de que se adquire competência profissional, quando conseguimos juntar teoria e prática.

A escola está muitas vezes sujeita a reformas, com novos rumos educativos, com novas perspectivas, procurando sempre corresponder às exigências sociais, científicas e tecnológicas que ocorrem. Claro está que essa resposta não está sincronizada com essas solicitações, ela surge sempre com algum atraso. O papel da comunidade escolar e em particular da sua direcção é encurtar o tempo de resposta. É neste âmbito que surge “a problemática da autonomia que foi uma das formas encontradas para dotar a escola de meios, especialmente de capacidade de decisão e organização interna para responder em tempo útil aos desafios que lhe são colocados” (Chichorro, 2010). Desafios esses que naturalmente são diferentes de escola para escola.

Pelos testemunhos recolhidos não está em questão o modelo de autonomia mas a mudança de paradigma, de uma escola centralizada para uma escola autónoma capaz de traçar o seu caminho e mais importante, a forma como pretende chegar ao seu destino. Como diz Azevedo (2011) “A reconstrução que se tem vindo a operar paulatinamente ainda não se fortaleceu de modo tal que os seus actores se sintam suficientemente confiantes e seguros em relação aos novos passos a dar”.

É natural haver alguma resistência à mudança, à reformulação. E a dimensão das instituições, em termos materiais e humanos pode ser também um factor impeditivo. E depois há a questão do poder e, em particular, do poder político. Como diz o Director da escola em estudo,

“Não é normal que um político depois de ganhar o poder o delegue. O mesmo acontece às escolas, o Estado ao dar autonomia está a perder o poder adquirido. Não é por acaso que isto acontece, toda a gente tem noção que ter autonomia é melhor, algo que ouvimos há 30 anos. Agora falta a coragem para que depois de ganhar algo o passe a troco de nada, é um passo muito complicado.”

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.

Resultados e Discussão (cont.)

Das entrevistas realizadas não ressaltam razões para que a autonomia não saia do papel. Bem pelo contrário, existe uma grande ansiedade para que se torne numa prática. “Mas a grande dificuldade é que estamos perante uma iniciativa da administração que persiste em determinar um formato comum para todas as escolas/agrupamentos e que tende a reproduzir, em grande parte, o modelo de “silo” na promoção do bem educacional” (Azevedo, 2011). Portanto, se a vontade é que a autonomia das escolas se torne uma realidade, então é preciso reformar as estruturas que administram e gerem a educação, que caia o centralismo burocrático.

Neste processo é fundamental, é imperioso chegar aos professores, dar-lhes a oportunidade de assimilarem melhor este processo - o que está em causa, o que se espera deles, o que podem fazer para participar na implementação deste contrato e na mudança da “sua” escola. Mas todos os anos partem e chegam muitos professores às escolas. Como podem contribuir eles num processo de autonomia se é um processo circunscrito? São pouquíssimas as escolas que o têm e consequentemente são poucos os professores que tiveram oportunidade de “conviver com a autonomia”. Vêm provavelmente de escolas onde todo este processo passou ao lado, não sabem do que se trata. E quando chegam, terão eles condições e a disponibilidade de contribuir na implementação da autonomia? Não têm primeiro que se integrar, serem aceites e perceberem o funcionamento da escola? E face à maior burocratização, ao incremento do trabalho administrativo, à quantidade de documentação que tem de ser produzida, haverá ainda tempo para mais alguma coisa? E há ainda a questão da estabilidade profissional. Terminado o ano lectivo, fazem-se as “malas” e tira-se um bilhete sem destino. Para não falar daqueles que passam apenas um mês na escola, sendo constantemente assombrados com a dúvida – amanhã ainda vou estar a trabalhar? Estamos convictos que a autonomia só pode consolidar-se na escola através da participação activa dos docentes. Só um corpo docente estável e adaptado às exigências de cada escola ganha uma nova responsabilidade e beneficia da possibilidade de um contacto mais produtivo com a comunidade local.

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.

Resultados e Discussão (cont.)

Como diz Azevedo (2011) “os directores das escolas sentem os seus projectos educativos quebrados na sua espinha dorsal, sempre que o Ministério da Educação faz mais um “concurso nacional” de colocação de professores. Os “seus” professores, devidamente preparados e habilitados a construir o seu projecto... desaparecem de um dia para o outro .

In Ferreira, J. (2012). O Impacto do Contrato de Autonomia através das percepções dos actores educativos: O Caso da Escola-Piloto ES/3 João Gonçalves Zarco, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação – Administração Escolar na Universidade Lusófona do Porto.